

EDITAL VERTICALIZADO

**MP-CE - TÉCNICO
MINISTERIAL**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



**A CASA DO
SIMULADO**

CONCURSO DE MP-CE

CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME: 08/03/2020 (TARDE).

BANCA: CEBRASPE.

DURAÇÃO: 4h30.

FASES DO CONCURSO:

1. Provas objetivas de caráter eliminatório e classificatório;
2. Prova discursiva de caráter eliminatório e classificatório;

PROVA OBJETIVA

NÚMERO DE QUESTÕES: 120 - Estilo de certo ou errado.

- 50 questões de Conhecimentos Básicos;
- 70 questões de Conhecimentos Específicos.

PONTUAÇÃO: 120 pontos.

PROVA DISCURSIVA

A Prova Discursiva consistirá da redação de texto dissertativo a respeito de temas da atualidade.

A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema) a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.

PONTUAÇÃO: 30 pontos.

LIMITES DE LINHAS

- **MÍNIMO:** 20 linhas.
- **MÁXIMO:** 30 linhas.

CRITÉRIO DE CORREÇÃO

A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir.

- a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 30,00 pontos; 20
- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos tais como: grafia, morfossintaxe, pontuação e propriedade vocabular;
- c) será computado o número total de linhas (TL) efetivamente escritas pelo candidato;
- d) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida no subitem 10.1 deste edital;
- e) será calculada, então, para cada candidato, a nota na prova discursiva (NPD), como sendo $NPD = NC - 6 \times NE \div TL$;
- f) se $NPD < 0$, então $NPD = 0$.

OBSERVAÇÕES:

- Será apenada a dissertação que desobedecer à extensão mínima de linhas, **deduzindo-se, da pontuação atribuída, 0,20 ponto de cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido.**
- Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.
- O candidato que não se enquadrar no subitem 10.7.6 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
- Será anulada a prova discursiva do candidato que não devolver sua folha de texto definitivo.
- O candidato que se enquadrar no subitem 10.7.7 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
- Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver **NPD ≥ 15,00 pontos.**
- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, **com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente,** não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe 19 devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto – o qual será gravado em áudio – especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção

de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.

- A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da prova discursiva
- A folha de texto definitivo não será substituída por motivo de erro do candidato em seu no preenchimento.

LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfosintática do período.					
5.1 Emprego das classes de palavras.					
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.5 Concordância verbal e nominal.					
5.6 Regência verbal e nominal.					
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.8 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Significação das palavras.					
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.					
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					
7 Noções básicas de redação oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).					
7.1 Finalidade dos expedientes oficiais (ofício, memorando, ata, relatório, parecer).					
7.2 Adequação da linguagem ao tipo de documento.					
7.3 Adequação do formato do texto ao gênero.					

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Constituição do Estado do Ceará.					
2 Lei nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).					
3 Lei Complementar nº 72/2008 e suas alterações (Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará).					
4 Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).					
5 Lei nº 14.043/2007 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará).					

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Ética e moral.					
2 Ética, princípios e valores.					
3 Ética e democracia: exercício da cidadania.					
4 Ética e função pública.					
5 Ética no setor público.					
6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Atos de improbidade administrativa.					

ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA)

TÓPICOS	LEITURA	ORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS	RASCUNHO	FOLHA DEFINITIVA	REVISÃO
1 Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.					

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Noções de organização administrativa.					
2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada.					
3 Ato administrativo.					
3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.					
4 Processo administrativo.					
5 Agentes públicos.					
5.1 Espécies e classificação.					
5.2 Cargo, emprego e função públicos.					
6 Poderes administrativos.					
6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.					
6.2 Uso e abuso do poder.					
7 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.					
8 Lei nº 10.520/2002 e suas alterações e Decreto nº 5.450/2005 e suas alterações.					
9 Controle e responsabilização da administração.					
9.1 Controles administrativo, judicial e legislativo.					
9.2 Responsabilidade civil do Estado.					
10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade administrativa)					

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.					
1.1 Princípios fundamentais.					
2 Direitos e garantias fundamentais.					
2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos.					
3 Organização políticoadministrativa.					
3.1 União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.					
4 Administração pública.					
4.1 Disposições gerais, servidores públicos.					
5 Poder Judiciário.					
5.1 Disposições gerais.					
5.2 Órgãos do Poder Judiciário.					
5.2.1 Competências.					
5.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
5.3.1 Composição e competências.					
6 Funções essenciais à justiça.					
6.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.					

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Noções de administração.					
1.1 Abordagens clássica, burocrática e sistêmica da administração.					
1.2 Evolução da administração pública no Brasil após 1930; reformas administrativas; a nova gestão pública.					
1.3 Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.					
1.4 Excelência nos serviços públicos.					
1.5 Excelência na gestão dos serviços públicos.					
2 Gestão de pessoas.					
2.1 Equilíbrio organizacional.					
2.2 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas.					
2.3 Gestão de desempenho.					
2.4 Gestão do Conhecimento.					
2.5 Comportamento, clima e cultura organizacional.					
2.6 Gestão por competências.					
2.7 Liderança, motivação e satisfação no trabalho.					
2.8 Recrutamento e seleção de pessoas.					
2.9 Análise e descrição de cargos.					
2.10 Educação, treinamento e desenvolvimento.					
2.10.1 Educação corporativa.					
2.10.2 Educação a distância.					
2.11 Qualidade de vida no trabalho.					
3 Gestão organizacional.					
3.1 Planejamento estratégico: definições de estratégia, condições necessárias para se desenvolver a estratégia, questões-chave em estratégia.					

3.1.1 Processos associados: formação de estratégia, análise, formulação, formalização, decisão e implementação.					
3.1.2 Metas estratégicas e resultados pretendidos.					
3.1.3 Indicadores de desempenho.					
3.1.4 Ferramentas de análise de cenário interno e externo.					
3.1.5 Balanced scorecard.					
4 Técnicas de mapeamento, análise, simulação e modelagem de processos.					
4.1 Construção e mensuração de indicadores de processos.					
5 Gestão de projetos.					
5.1 Planejamento, execução, monitoramento e controle, encerramento.					
6 O processo racional de solução de problemas.					
6.1 Fatores que afetam a decisão.					
6.2 Tipos de decisões.					

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.					
2. Das Pessoas Naturais: da personalidade e da capacidade; dos direitos da personalidade.					
3. Das Pessoas Jurídicas: disposições gerais.					
4. Do Domicílio.					
5. Das diferentes classes de bens: dos bens considerados em si mesmos (dos bens imóveis; dos bens móveis); dos bens públicos.					
6. Dos contratos em geral: disposições gerais.					
7. Das várias espécies de contrato: da compra e venda; da locação de coisas; da prestação de serviço. da responsabilidade civil.					
8. Do Direito de Família: da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; da proteção da pessoa dos filhos; do poder familiar; dos alimentos; da tutela, curatela, e da tomada de decisão apoiada;					
9. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).					
10. Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor).					

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Das Partes e dos Procuradores: da capacidade processual; dos deveres das partes e dos seus procuradores; dos procuradores.					
2. Do Ministério Público.					
3. Dos Órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça: do juiz; dos auxiliares da Justiça: do serventuário e do oficial de justiça; do perito.					
4. Dos Atos Processuais.					
5. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo.					
6. Do Procedimento Ordinário: da petição inicial; da resposta do réu; das provas; da audiência de instrução e julgamento.					
7. Da sentença e da coisa julgada.					
8. Da liquidação e do cumprimento da sentença.					
9. Dos Recursos: das disposições gerais; da apelação; do agravo; dos embargos de declaração.					
10. Lei nº 7.347/1985 e suas alterações (Ação civil pública).					
11. Normas processuais de tutela coletiva constantes no CDC.					
12. Resolução nº 036/2016 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alterada pela Resolução nº 040/2017/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação dos feitos extrajudiciais cíveis nas questões de interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis no âmbito do Ministério Público do Ceará, estabelece o fluxograma desses feitos).					

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Aplicação da lei penal. Imputabilidade penal. Concurso das pessoas. Espécies de pena. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade. Crimes contra a vida. Lesões corporais.					
2 Crimes contra o patrimônio.					
3 Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a administração em geral (praticados por funcionário público ou por particular). Crimes contra a administração da justiça. Crimes hediondos.					
4 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Violência doméstica e familiar contra a mulher).					

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Investigação Criminal.					
2. Ação penal pública e privada.					
3. A denúncia.					
4. A representação.					
5. A renúncia.					
6. Jurisdição e competência.					
7. Sujeitos do processo: Juiz, Ministério Público. Acusador, ofendido, defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliar de justiça.					
8. Atos Processuais: forma, lugar, tempo (prazo, contagem).					
9. Comunicações processuais (citação, notificação, intimação).					
10. Medidas cautelares de natureza pessoal diferentes da prisão.					
11. Prisão: temporária, em flagrante, preventiva.					
12. Sentença condenatória.					
13. Recursos.					
14. Habeas Corpus: conceito, garantia constitucional, competência, processamento e recursos cabíveis.					
15. Juizados Especiais Criminais.					
16. Resolução nº 003/2012 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alterada pela Resolução nº 052/2019/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal).					